

Cercamento das 700 continua sem regras

LUÍSA MEDEIROS

DA EQUIPE DO CORREIO

Moradores das quadras 700 Norte e Sul conseguiram prorrogar, por mais um mês, a votação do projeto de lei que define regras para a instalação das grades nas casas. A proposta seria votada ontem numa reunião extraordinária do Conselho de Gestão da Área Tombada de Brasília (Conpresb), mas a maioria dos conselheiros decidiu acatar o pedido da comunidade para discutir melhor os pontos polêmicos. Um deles é a permanência do cercamento na lateral das moradias, que formam becos entre os blocos. Levantamento feito pela Secretaria de Fiscalização e Atividades Urbanas (Sefau) revela que 239 casas estão nessa situação. O avanço em área pública varia de 3m a 5m.

Um dia antes da reunião do Conpresb, líderes comunitários entregaram uma carta à secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), Diana Motta, pedindo a suspensão da apreciação do projeto de lei e das emendas propostas. Apenas o conselheiro Ernesto Silva foi contra a prorrogação. Ele reclamou sobre a

demora das negociações com a comunidade. "A participação da população serve para trocar idéia, mas não pode estar acima do interesse público", critica o pioneiro.

A discussão do assunto será retomada na próxima quinta-feira, às 15h, numa reunião na secretaria, entre conselheiros, técnicos do governo local e moradores. A polêmica tem que ser resolvida até 6 de setembro, data da próxima reunião do conselho. "Queremos encaminhar o projeto à Câmara Legislativa nos próximos meses. Por isso é importante dirimir todas as pendências", diz Diana Motta.

Resistência

Cerca de 20 mil pessoas moram em 2,9 mil casas com algum tipo de invasão na área pública das quadras 700. A maior parte das irregularidades está na Asa Sul. Apenas 1,33% das residências não ocupa a parte da frente (veja quadro). Representantes dos moradores não aceitam a retirada das grades dos becos, como foi proposta há 15 dias pelo urbanista e arquiteto José Carlos Coutinho, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e integrante do grupo

de trabalho que discute o tema no Conpresb. Os moradores discordam dos itens aprovados na última reunião. Os conselheiros reduziram a altura das cercas e o avanço na frente das casas. O limite da grade frontal passou de 5,5m para 5m. E a altura das cercas passou de 2,5m para 2,2m. Além disso, apenas 50% da área

cercada pode ser edificada.

Para o representante do Conselho Comunitário da Asa Sul, Clayton Campos, responsável pelas negociações com o governo, a proposta não atende a maioria dos moradores. "A comunidade não abre mão das grades nas laterais. Ou negociamos com os conselheiros ou entramos na Justiça",

afirma ele, dizendo que há 13 anos os moradores cercam as casas e durante todo esse tempo nunca ninguém reclamou. "Houve omissão das autoridades", completa.

A primeira tentativa de regularizar as invasões ocorreu em 1993, quando a Câmara Legislativa aprovou o projeto de lei do então deputado distrital Cláudio Mon-

OCUPAÇÃO IRREGULAR

ASA SUL

Das **1.982 CASAS****1.941** têm cercas na frente**27** têm cercas nos fundos**252** têm cercas nas esquinas**51** têm cercas nas laterais

ASA NORTE

Das **842 casas****836** têm cercas na frente**84** têm cercas nos fundos**209** têm cercas nas esquinas**158** têm cercas nas laterais

MORADORES NÃO CONCORDAM COM AS NORMAS DE CERCAMENTO APROVADAS PELO CONSELHO DA ÁREA TOMBADA



teiro. A lei permitia o cercamento de até 3m da área verde. Mas em março de 2005, o Tribunal de Justiça do DF julgou a lei inconstitucional porque só o Executivo pode apresentar propostas que tratam da destinação de áreas públicas. Desde então, o governo elabora novas regras para a instalação das cercas.